

Renda extra para municípios

Prefeituras ficam com 25% do ICMS incidente sobre os produtos importados através dos portos capixabas; Valor neste ano deve somar R\$ 378 milhões

JOSÉ ANTÔNIO SARCINELLI

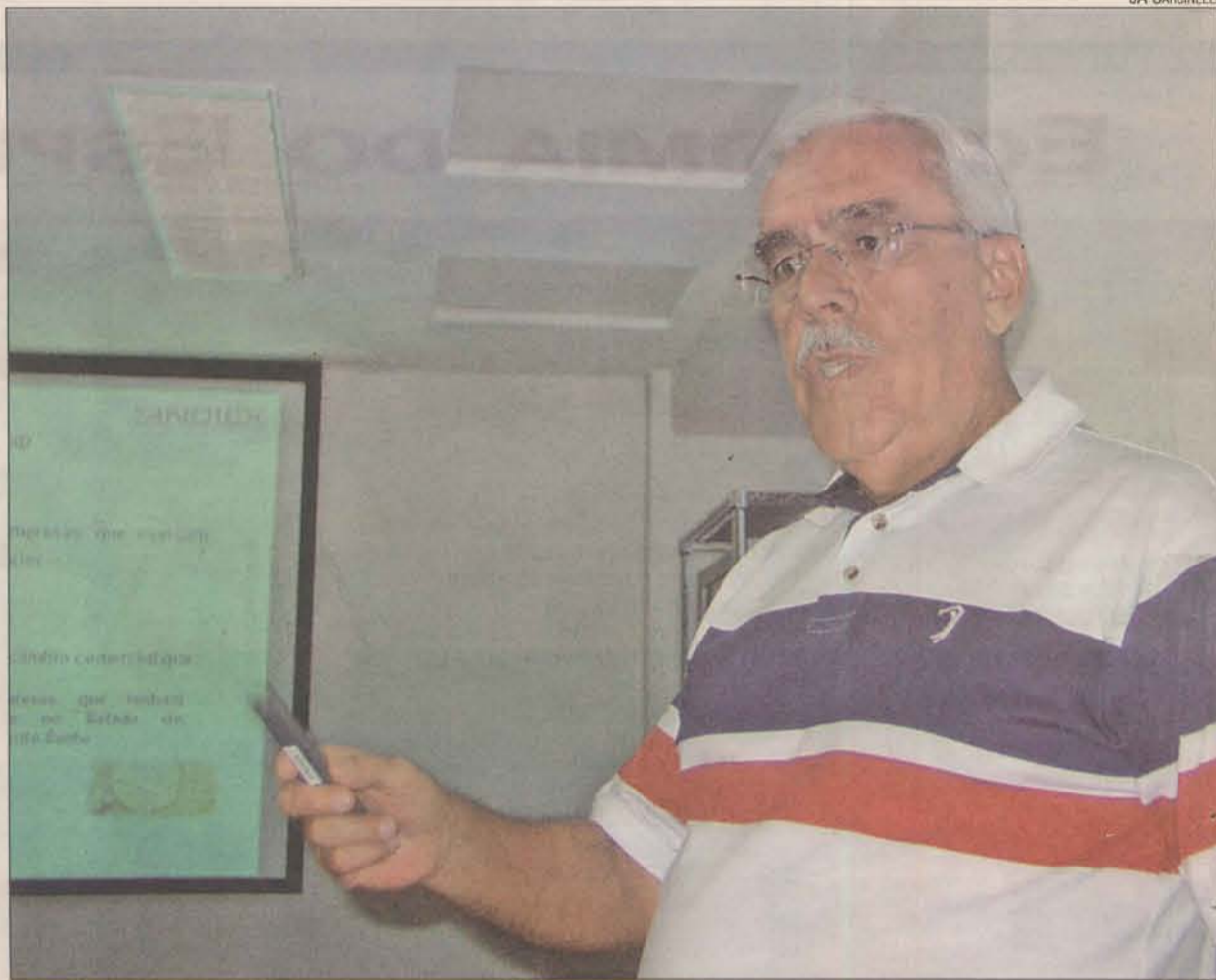
Os municípios são os principais beneficiados do Fundap, por receberem 25% de todo o ICMS gerado pela importação. Neste ano, deverão dividir entre si R\$ 378,41 milhões. Em 2004, a fatia do bolo equivaleu a R\$ 302,7 milhões. "Muitas prefeituras dependem do imposto do Fundap para sobreviver", afirma o presidente do Sindix, Severiano Imperial.

A dependência, segundo ele, é maior no interior, onde predominam cidades de pequeno porte com poucos imóveis e baixa atividade na área de prestação de serviços. As receitas originárias de impostos próprios, como IPTU e ISS, são insuficientes para bancar as despesas e o ICMS ajuda a bancar a folha de pessoal e a manutenção da máquina. As cidades de maior porte, como Vitória, conseguem se manter com recursos próprios, mas dependem do Fundap para realizar investimentos.

A cota dos municípios no Fundap é distribuída conforme o índice de participação de cada um na geração do impos-

to, o IPM, que é calculado anualmente pela Secretaria da Fazenda. Vitória fica com a maior fatia individual: 23,498% no ano passado (R\$ 71,13 milhões) e 21,643% neste ano. Se a previsão de crescimento de 25% na receita do Fundap neste ano se confirmar, a Capital receberá R\$ 81,9 milhões. A Serra, o segundo município em participação no ICMS, recebeu R\$ 39,05 milhões em 2004 e deve ficar com R\$ 51,91 milhões neste ano.

Mesmo os municípios mais distantes do porto e, portanto, fora do fluxo das cargas importadas, são beneficiados pela atividade. Mucurici, por exemplo, no Noroeste Capixaba, que vive basicamente do café e da pecuária, recebeu R\$ 874,8 mil no ano passado e deve abocanhar outros R\$ 1,03 milhão neste ano. O município tem direito a 0,273% da cota do imposto destinada às prefeituras. Irupí, na região serrana, no pé do Pico da Bandeira, o terceiro ponto culminante do país, deve receber até dezembro R\$ 976,3 mil. Alto Rio Novo, o de menor participação no ICMS, com índice de apenas 0,184, tem receita prevista de R\$ 696,2 mil.



Severiano Imperial diz que muitos municípios dependem da receita do Fundap para sobreviver

Um veículo de padrão médio, no valor de US\$ 20 mil, como as vans, ainda importadas em grande quantidade pelo Espírito Santo, deixa para o Fundap US\$ 2,4 mil de ICMS. Desse valor, US\$ 600 (25%) pertencem aos municípios. Com seus

0,273% de participação, Mucurici fica com US\$ 1,63 (R\$ 4,43). No "boom" do carro importado, entre 1994 e 1999, quando chegaram a ser desembarcados nos portos capixabas em um único ano até 269.272 unidades, a cota de Mucurici, apenas nos

veículos, somava até US\$ 438,9 mil (R\$ 1,19 milhão). A movimentação de carros caiu para cerca de 30 mil unidades/ano, quantidade que rende para Mucurici US\$ 48,9 mil - suficiente para adquirir, por exemplo, cinco ambulâncias.

ICMS deve crescer 25% e somar R\$ 1,5 bilhão

Enquanto as exportações são isentas, devido à Lei Kandir, e rendem zero de ICMS para Estado e municípios, as importações realizadas através do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) são responsáveis por uma receita expressiva de imposto. No último ano, geraram R\$ 1,2 bilhão, quantia equivalente a um terço de todo ICMS arrecadado no território capixaba.

É o maior volume de ICMS em 35 anos de existência do fundo e representa um incremento de 52,26% sobre os R\$ 795,3 milhões do ano anterior. O desempenho, para o presidente do Sindicato do Comércio de Importação e Exportação (Sindix), Severiano Imperial, é resultado basicamente da credibilidade e confiabilidade do sistema.

"As empresas recolhem o imposto no prazo, o Governo cumpre a sua parte e libera os financiamentos na data prevista. O sistema está funcionando automaticamente. Não tem ninguém fazendo favor para ninguém. Isso é tudo o que os empresários precisam para fechar negócios e atrair mais cargas para

o Estado", afirma. Ele prevê para este ano um crescimento de mais 25% na movimentação do setor, o que elevará a receita de ICMS para R\$ 1,5 bilhão.

PIB E DÓLAR

As importações movimentaram cerca de R\$ 10 bilhões, em 2004, e podem chegar a R\$ 12,6 bilhões neste ano. A expansão do PIB e a queda do dólar são fatores que pouco influenciam, segundo ele, porque, como na exportação, os contratos de importação são de longo prazo. "São anos de negociação e depois de fechado o contrato, uma empresa não mandará mais produtos em um mês e menos no outro conforme a oscilação do dólar", diz Imperial.

Os primeiros números de 2005 comprovam a tendência de crescimento. Em janeiro, o ICMS das importações somou R\$ 121,2 milhões, 64,8% a mais que em janeiro de 2004. Em fevereiro o acréscimo foi de 54,17%, com R\$ 103,92 milhões de receita. No primeiro semestre de 2004, a receita média mensal foi de R\$ 90 milhões e no segundo, R\$ 100 milhões.

ICMS DO FUNDAP

Ano	Valor (R\$)
2001	889.395.639,11
2002	687.059.825,48
2003	795.329.889,06
2004	1.210.932.889,75

Fonte: Sindix

A FATIA DOS MUNICÍPIOS

A distribuição do ICMS das importações se dá conforme o índice de participação de cada município no bolo do imposto. Confira no quadro abaixo a cota de cada um no último ano

Município	Índice (%)	Valor (R\$)	Município	Índice (%)	Valor (R\$)
Afonso Cláudio	0,676	2.046.476,58	João Neiva	0,515	1.559.076,09
Água Doce do Norte	0,336	1.017.183,63	Laranja da Terra	0,317	959.664,31
Águia Branca	0,366	1.108.003,59	Linhares	3,803	11.512.944,43
Alegre	0,557	1.686.224,05	Mantenópolis	0,343	1.038.374,95
Alfredo Chaves	0,336	1.017.183,63	Marataizes	0,313	947.554,98
Alto Rio Novo	0,182	550.974,46	Marechal Floriano	0,737	2.231.143,85
Anchieta	2,054	6.218.140,38	Marilândia	0,406	1.229.096,88
Apiacá	0,243	735.641,73	Mimoso do Sul	0,668	2.022.257,92
Aracruz	6,881	20.831.073,01	Montanha	0,534	1.616.595,41
Atilio Vivacqua	0,379	1.147.358,91	Mucurici	0,289	874.899,01
Baixo Guandú	1,23	3.723.618,63	Muniz Freire	0,46	1.392.572,82
Barra de São Francisco	0,748	2.264.444,50	Muqui	0,324	980.855,64
Boa Esperança	0,445	1.347.162,84	Nova Venécia	1,145	3.466.295,39
Bom Jesus do Norte	0,227	687.204,41	Pancas	0,547	1.655.950,72
Brejetuba	0,362	1.095.894,26	Pedro Canário	0,463	1.401.654,82
Cachoeiro de Itapemirim	3,517	10.647.127,42	Pinheiros	0,562	1.701.360,71
Cariacica	3,341	10.114.316,95	Piúma	0,237	717.477,74
Castelo	0,865	2.618.642,37	Ponto Belo	0,201	608.493,78
Colatina	2,184	6.611.693,57	Presidente Kennedy	0,306	926.363,66
Conceição da Barra	0,893	2.703.407,67	Rio Bananal	0,558	1.689.251,38
Conceição do Castelo	0,441	1.335.053,51	Rio Novo do Sul	0,256	774.997,05
Divino São Lourenço	0,2	605.466,44	Santa Leopoldina	0,499	1.510.638,78
Domingos Martins	0,987	2.987.976,90	Santa Maria de Jetibá	1,091	3.302.819,45
Dores do Rio Preto	0,147	445.017,84	Santa Teresa	0,642	1.943.547,29
Ecoporanga	0,82	2.482.412,42	São Domingos do Norte	0,284	859.762,35
Fundão	0,307	929.390,99	São Gabriel da Palha	0,644	1.949.601,95
Governador Lindenberg	0,565	1.710.442,70	São José do Calçado	0,365	1.104.976,26
Guacuí	0,479	1.450.092,13	São Mateus	1,731	5.240.312,07
Guarapari	0,721	2.182.706,53	São Roque do Canaã	0,277	838.571,02
Ibatiba	0,519	1.571.185,42	Serra	12,901	39.055.612,97
Ibiraçu	0,26	787.106,38	Sooretama	0,419	1.268.452,20
Ibitirama	0,265	802.243,04	Vargem Alta	0,523	1.583.294,75
Iconha	0,283	856.735,02	Venda Nova do Imigrante	0,693	2.097.941,23
Irupí	0,282	853.707,69	Viana	1,023	3.096.960,86
Itaguaçu	0,329	995.992,30	Vila Pavão	0,309	935.445,66
Itapemirim	0,571	1.728.606,70	Vila Valério	0,589	1.783.098,68
Itarana	0,256	774.997,05	Vila Velha	6,192	18.745.241,11
Iúna	0,509	1.540.912,10	Vitória	23,498	71.136.252,51
Jaguaré	1,379	4.174.691,13	Total	100,00	302.733.222,00
Jeronimo Monteiro	0,194	587.302,45			

Fonte: Sindix/Sefa

Estado amplia fatia com leilões

Mecanismo permite a quitação antecipada do financiamento e eleva de 8,4% para 18,4% parte da receita do Fundap que fica nos cofres estaduais

JOSE ANTONIO SARCHIELLI

Para engordar a fatia que cabe aos cofres estaduais no bolo dos recursos do Fundap, o governador Paulo Hartung baixou decreto, em setembro de 2003, ampliando para 15% o lance mínimo nos leilões de dívidas de financiamento. Com este mecanismo, o Estado consegue mais que dobrar a sua parte no bolo de recursos gerados pelo fundo. De 8,4%, passa a abocanhar o equivalente a 18,4%.

O Fundap é um incentivo financeiro único no país e exclusivo do Espírito Santo criado no início da década de 70 para atrair importações e gerar receita para o Estado, que enfrentava dificuldades financeiras devido à crise da cafeicultura. O incentivo consiste em retornar às empresas, na forma de financiamento, 66,6% do valor do ICMS recolhido sobre os produtos importados através dos portos capixabas.

O financiamento é liberado 60 dias depois de recolhido o imposto. Os juros são de apenas 1% ao ano, sem correção monetária, e o prazo para amortização é de 20 anos, com mais cinco anos de carência. Na divisão da receita do Fundap, os municípios ficam com 25% e o Estado com apenas 8,4%. Na prática, é como se da alíquota de 12% do ICMS, uma parcela de 8% ficasse com as empresas, outra de 3% com as prefeituras e uma última de 1% com o Estado.

Com os leilões, as empresas acabam repassando, posteriormente, mais 1,2% para os cofres esta-

duais, ficando com um valor bruto equivalente a uma alíquota de 6,8%, revela o presidente do Sindicato, Severiano Imperial. Isso eleva, em valores, a parte do Estado no bolo para 18,48% e reduz a fatia das empresas para 56,62%.

Da receita de R\$ 1,2 bilhão de ICMS gerada no ano passado pelo Fundap, as empresas ficaram com R\$ 805,86 milhões em financiamentos, os municípios com R\$ 302,5 milhões e o Estado inicialmente com R\$ 101,64 milhões. Através dos leilões, esta quantia foi ampliada em mais R\$ 103,5 milhões.

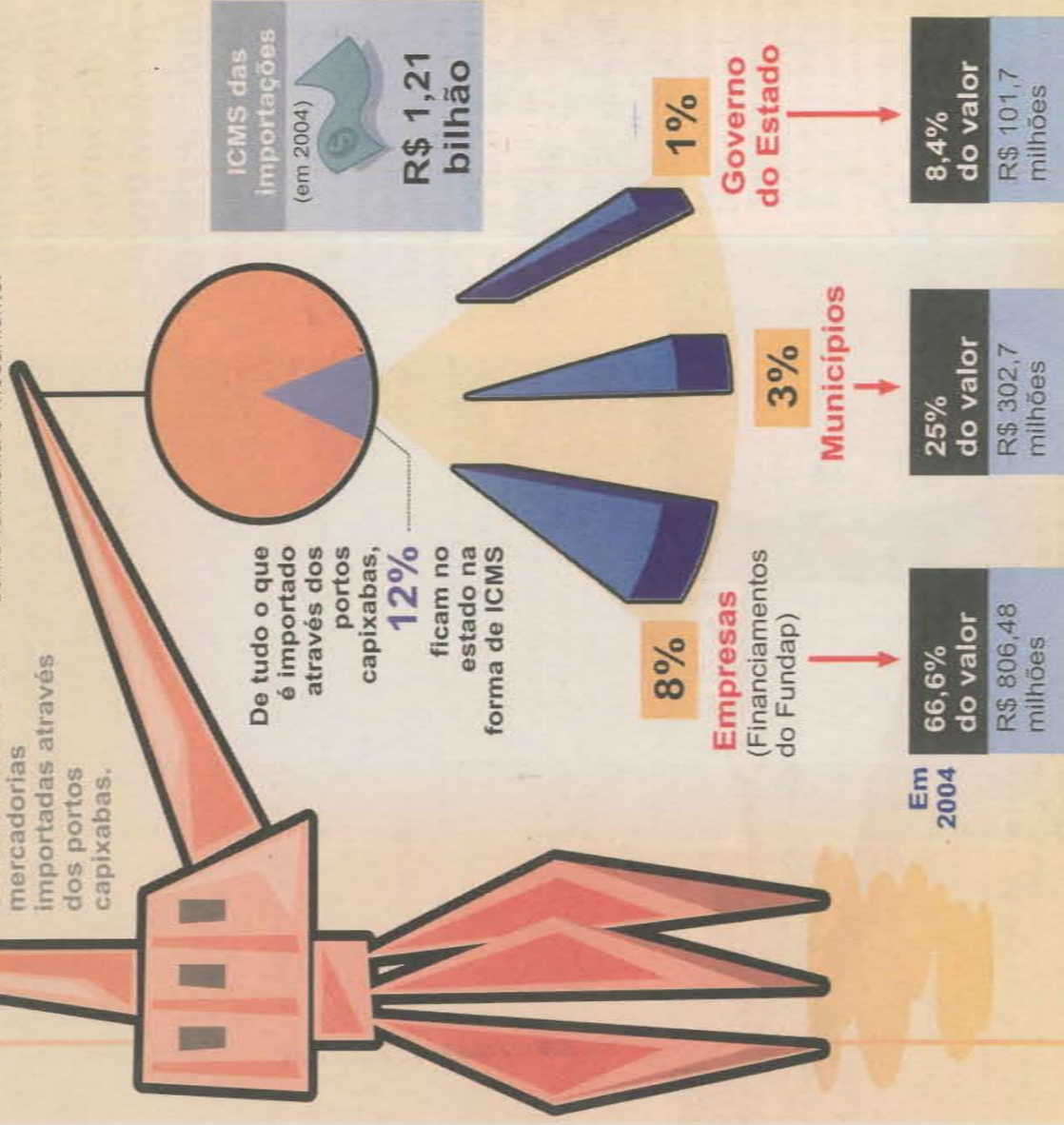
São ofertados nos leilões contratos de financiamento com prazo de vencimento de até 25 anos. O deságio de 85% equivale à transformação para valores presentes de um dinheiro que só entraria no caixa do Estado ao final de 25 anos. As dívidas são adquiridas pelas próprias empresas fundapenas.

Apesar de ser um incentivo financeiro, o Fundap consta nos balanços das empresas como um financiamento comum, comprometendo em grande parte a capacidade de endividamento. A empresa que necessitar de crédito novo para capital de giro ou mesmo para a implantação de um projeto, terá dificuldades para obter recursos em instituições como o Banco do Brasil e BNDES, que observam a liquidez antes de decidir pela aprovação do financiamento. A quitação antecipada da dívida, nos leilões, libera as empresas fundapenas para contratos normais de financiamento junto aos bancos.

Como funciona o Fundap

O Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) é um incentivo financeiro que envolve o ICMS incidente sobre as mercadorias importadas através dos portos capixabas.

As empresas recolhem o equivalente, em média, a 12% do valor do bem importado, e recebem de volta, na forma de financiamento, 66,6% deste valor. As prefeituras ficam automaticamente com 25%, que é a cota constitucional de participação dos municípios no bolo do imposto, e o Estado com os restantes 8,4%. É como se da alíquota de 12% coubessem a cada um fatias de, respectivamente, 8%, 3% e 1%. Entenda como funciona o mecanismo.



Condições do financiamento

Juro de 1% ao ano

Sem correção

20 anos de prazo, mais cinco de carência

Única Exigência

7% do valor do financiamento devem ser aplicados pela empresa em novos projetos no Estado ou no fundo de microcrédito Fundapocial até o último dia do exercício seguinte ao da contratação. A parcela é retida pelo banco operador, o Bandes, no ato da liberação do financiamento. Se a empresa não fizer a opção por projetos, o valor retido é transformado em ações do Bandes.

Projetos próprios 7%

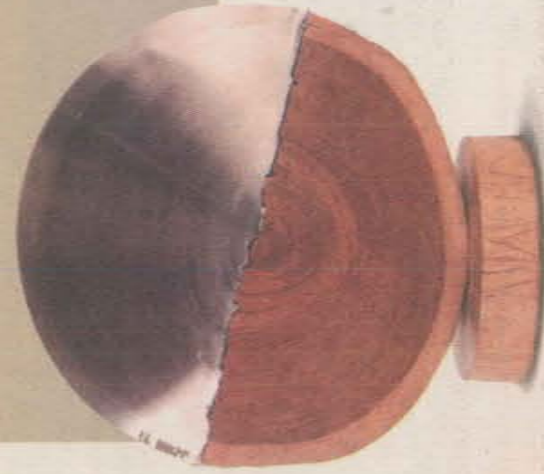
Projetos de terceiros 7% (através da compra de ações)

Fundapocial 3,5% são liberados para saque pela empresa

Ficam com o fundo de microcrédito 3,5%

ILUSTRA - ILUSTRAÇÃO E ARTE

CST. FAZER O MELHOR É A NOSSA IDENTIDADE.



Num ano excepcionalmente positivo para a siderurgia no Brasil e no mundo, a CST efetivou, em 2004, novos e significativos avanços, à luz da visão de sustentabilidade que norteia todas as suas atividades e fortalece continuamente o seu negócio.

A RIQUEZA QUE GERAMOS LEGÍTIMA NOSSO LUCRO. VALORES ECONÔMICOS CONJUGAM-SE COM VALORES HUMANOS E CULTURAIS. A BORDO DE UMA INTERAÇÃO ENTRE HOMEM, NEGÓCIO E NATUREZA QUE TEM A SUSTENTABILIDADE COMO MOLDBURA.

ACCESSE NOSSO SITE WWW.CST.COM.BR



Investimento de R\$ 100 milhões

Quantia será aplicada na implantação de novos projetos no Estado neste ano

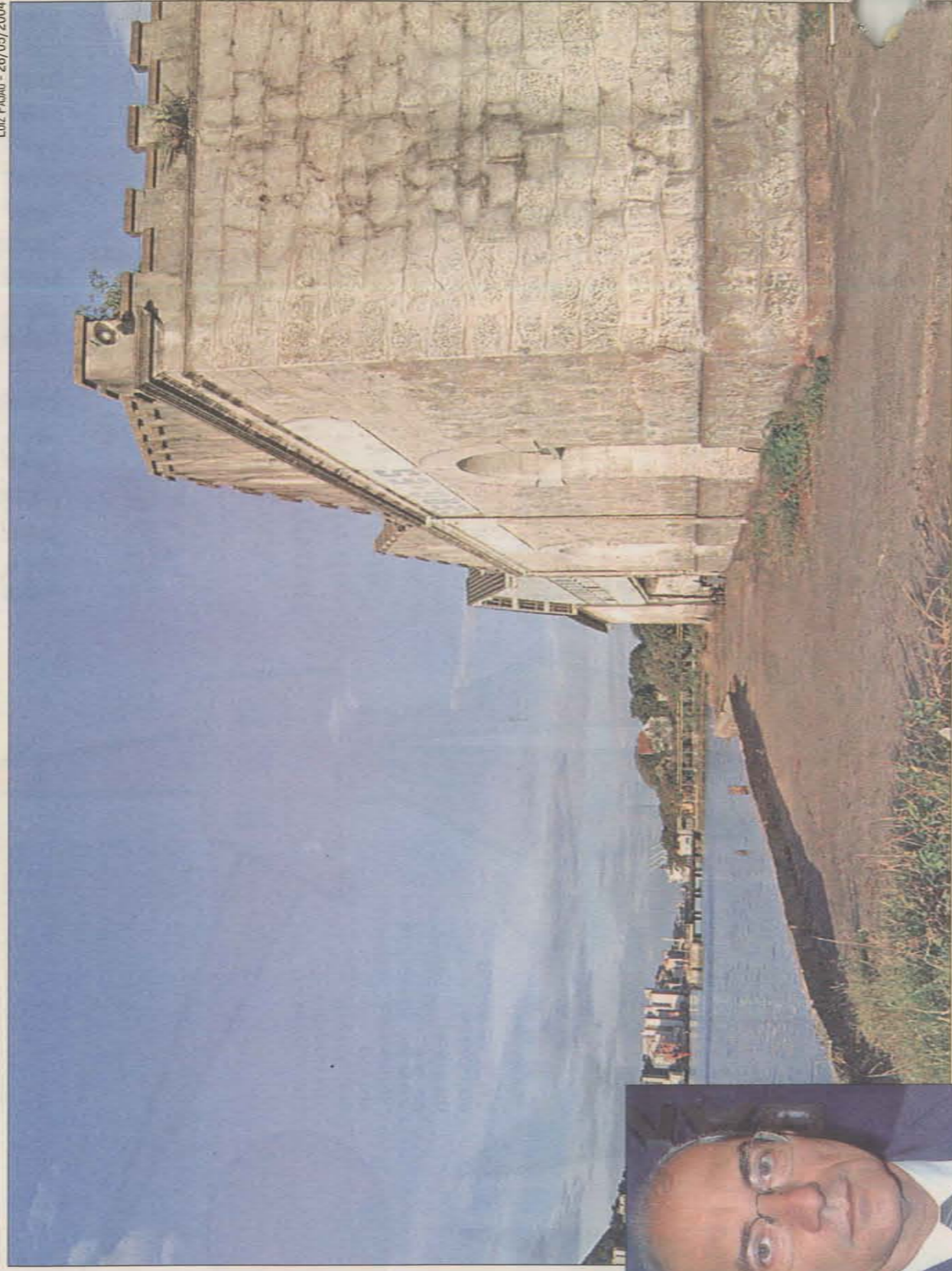
SORAYA CHIARBA

Um volume de recursos da ordem de R\$ 100 milhões deverá ser alocado em novos projetos na economia capixaba, neste ano, originário do sistema Fundap, segundo prevê o presidente do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), Haroldo Corrêa Rocha.

O banco já dispõe de um estoque de R\$ 79 milhões para investir, que são os recursos de operações realizadas no ano passado e devem ser aplicados até o final desse exercício, conforme prevê a legislação que criou o Fundap. As empresas que utilizam o mecanismo são obrigadas a investir 7% dos financiamentos recebidos do Governo. Estes recursos poderão ser aplicados em investimentos das próprias empresas fundapeanas, de terceiros ou em um fundo social de microcrédito.

De acordo com Corrêa, vários projetos já foram aprovados pelo Bandes para receber os recursos do Fundap. Entre eles, cita a ampliação da Polido Têxtil - fábrica de tecidos instalada na Serra - no valor de R\$ 12,5 milhões, sendo R\$ 11,5 milhões do Fundap e da Cotia Pirelli, que vai produzir cabos elétricos para a indústria do petróleo. O investimento total é de R\$ 40 milhões, sendo R\$ 30 milhões do Fundap.

A Cotia é uma das principais tradings que operam através do Fundap. E dela a Estação Aduaneira Interior (Eadi) Terça, em Cariacica. A empresa, que já investiu a parcela obrigatória de 7% na implantação de uma infra-estrutura própria para dar suporte à atividade de comércio exterior - a



A Pirelli usará os recursos do Fundap para implantar, na área onde estão os antigos armazéns da Cases, em Vila Velha, uma fábrica de cabos elétricos, revela o presidente do Bandes, Haroldo Rocha

Terça já recebeu investimento de R\$ 40 milhões do grupo -, decidiu agora aplicar em um projeto de um grande cliente: a divisão da Pirelli voltada para a produção de cabos elétricos.

A fábrica da Pirelli/Cotia será implantada em São Torquato, Vila Velha, às margens da Baía de Vitória, em área onde estão os antigos armazéns da Cases. A obra deve começar no primeiro semestre deste ano. Os cabos elétricos são usados para controlar, da platfor-

ma, as válvulas instaladas na boca dos poços de petróleo, em águas profundas. Um dos clientes potenciais é a Petrobras.

A Coimex, outragigante do setor, também implantou sua Eadi e a base de supply boat, a CPVV, com os cursos gerados do Fundap. O Grupo Otto Andrade seguiu os mesmos passos e instalou a Vitória Offshore (VOL) com a parcela dos financiamentos retida para investimentos.



Projetos criaram 9 mil empregos

Os dados disponíveis no Bandes mostram que, desde a criação do Fundap, em 1970, até agosto de 2003, foram investidos US\$ 552,9 milhões na implantação de novos empreendimentos no território capixaba com o apoio de recursos do fundo. Desse total, US\$ 304,6 milhões são recursos diretos do Fundap. Os empreendimentos geraram no período 9.019 empregos.

O setor de comércio e serviços foi o que mais recebeu re-

empregos em indústria alimentícia, têxtil, confecções, beneficiamento de granito e móveis, entre outras.

Na agricultura, os recursos do Fundap viabilizaram investimentos que somaram US\$ 133,4 milhões. O Fundo foi responsável por US\$ 61,5 milhões deste total. Os empreendimentos na produção de pimentão-reino, pecuária, mamão, palmito, café, beneficiamento de borracha, entre outros, geraram 2.361 novos empregos.

Parcela é retida na Liberação do incentivo

A parcela de 7% destinada a investimentos é retida pelo Bandes, o banco operador do Sistema Fundap, no ato da liberação do financiamento. Em vez de receber 100% do valor do financiamento, a empresa fica apenas com 93%. A parcela fica caucionada até a apresentação do projeto.

O financiamento corresponde a 66% do ICMS incidente sobre a carga importada e é liberado 60 dias após o recolhimento. As empresas têm 26 dias fora o mês para efetivar o pagamento do imposto. O prazo médio gira em torno de 35 dias.

O coordenador do Núcleo de Apoio ao Fundap, do Bandes, José Fernando de Freitas, explica que o investimento em projetos é a única exigência do Estado em troca do incentivo financeiro do Fundap. O investimento deve ser feito até o úl-

timo dia do exercício seguinte à contratação do empréstimo.

No investimento em projetos de terceiros, a empresa fundapeana recebe em ações o correspondente ao valor retido. A operação é toda feita pelo Bandes. Quando o empresário opta em aplicar no fundo de microcrédito, recupera 3,5% do valor retido, uma vez que o Governo considera atendida a exigência de investimento com o repasse de apenas uma metade da parcela de 7% para o fundo.

Se a empresa não fizer a opção de investimento, seja em projeto próprio, de terceiro ou no fundo de microcrédito, a parcela de 7% do valor do financiamento retida no ato da liberação do incentivo é transformada em ações do Bandes. "A empresa vira acionista do banco", revela.

Expediente

CADERNO PETRÓLEO

Editor

José Antônio Sarcinelli

Reportagem

Walter Conde, José Antônio Sarcinelli e Soraya Chiarba

Editoração eletrônica

Andressa Rodrigues Machado

Tratamento de imagem

Renan França Martinelli

Indústria local está protegida

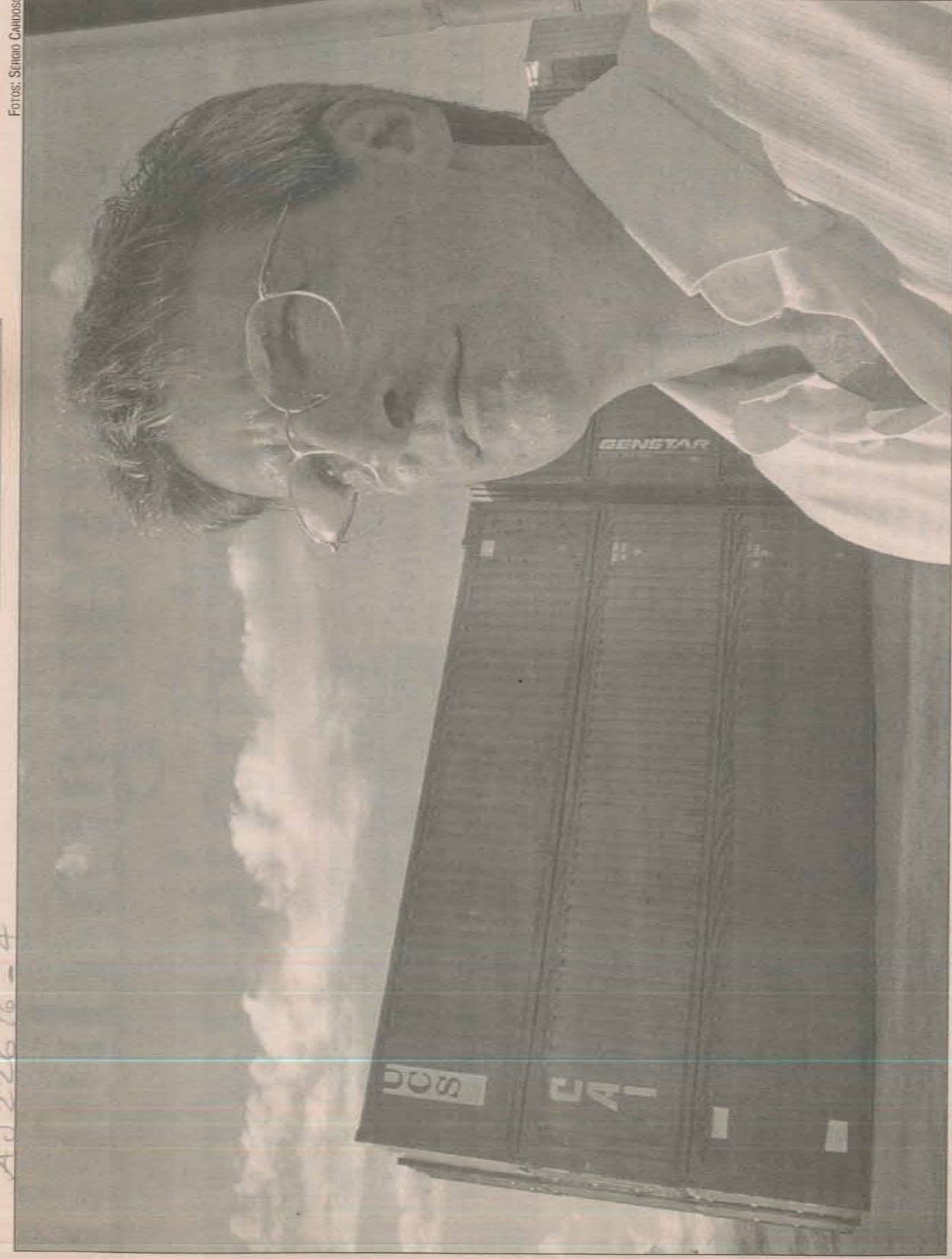
Nem toda matéria-prima pode ser importada através do Fundap. O incentivo financeiro contempla apenas os produtos que, na época de sua criação, na década de 70, não conflitavam com os bens produzidos pelo parque industrial capixaba.

A farinha de trigo, que hoje é desembarcada no terminal de grãos de Capuaba, originária da Argentina, não recebe financiamentos sobre o ICMS recolhido, para não competir com o produto do Moinho Buaiç. Café e cacau, duas commodities agrícolas amplamente produzidos no Estado, estão fora lista de mercadorias que podem ser importadas através do fundo.

As grandes empresas também foram protegidas. Minério de ferro, pelotas e celulose estão excluídos do Fundap por já serem produzidos no Estado. "Não havíamos necessidade de incentivar estes segmentos, porque já temos a Vale e a Aracruz Celulose", justifica o presidente do Sindieq, Severiano Imperial.

RESTRICÇÕES

- Café
- Cacau
- Minério de ferro
- Pelotas
- Celulose
- Madeira
- Farinha de trigo
- Mármore e granito em blocos
- Produtos químicos e derivados
- Combustíveis líquidos e gasosos
- Cimento
- Carvão vegetal de mata nativa



FOTOS: SÉRGIO CARROSO

O superintendente interino da Eadi da Coimex, Roberto Ferreira, revela que a movimentação vem crescendo a cada ano

Redução de custo com matéria-prima importada

Muitas empresas estão aproveitando a queda do dólar e a competição internacional para comprar no exterior insumos mais baratos

JOSE ANTONIO SARGHELLI

A importação de matérias-primas está sendo a forma encontrada por muitas empresas para baixar o custo de produção. A globalização econômica permite a aquisição de insumos a um preço bem menor que o similar nacional, mesmo com o custo maior com transporte. O incentivo financeiro do Fundap reduz o custo tributário, na medida em que boa parte do ICMS retorna para a empresa na forma de financiamento.

O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fines) e dono de uma das maiores empresas de confecção do Estado, a Cobra D'Água, Lucas Izoton, diz que o recuo do dólar para um patamar entre R\$ 2,60 e R\$ 2,70 estimulou a importação de matérias-primas, principalmente em setores onde muitos insumos são originários da Ásia.

A Cobra D'Água, revela, está entre as empresas que buscam no exterior matérias-primas mais baratas para ter preços finais com-

petitivos em relação aos concorrentes. "Acompanhamos a evolução dos preços das matérias-primas, nos últimos cinco anos. Os tecidos de base sintética estão hoje com os mesmos preços de há quatro anos, enquanto os tecidos de algodão aumentaram em mais de 100% no período".

Izoton acrescenta que o preço médio dos produtos exportados pelo Brasil gira em torno de US\$ 16 o quilo. Já a China exporta o mesmo produto a US\$ 5 o quilo. Ele diz que sua empresa importa da China tecidos sintéticos e mochilas. Só de tecidos sintéticos compra de cinco a oito vezes a quantidade exportada anualmente. A importação só compensa porque é feita através de empresa do sistema Fundap.

Um incentivo financeiro de 4% a 5%, segundo ele, é capaz de reduzir o preço final de venda de um produto em 10%. O Fundap, que proporciona incentivo de 8%, gera uma redução ainda mais acentuada, entre 15% e 20%. "Com esta diferença de preço, a empresa fica ainda mais

A importação de matérias-primas através dos portos do Espírito Santo é crescente e, em alguns casos, chega a ser 100% maior do que no ano passado. Para o superintendente interino da Estação Aduaneira Interior (Eadi) da Coimex, Roberto Ferreira, isto pode vir a ser um novo nicho de atuação das tradings capixabas.

No ano passado, a Coimex movimentou mil contêineres de matérias-primas. Neste ano, a expectativa é de um incremento de 40%, com o número chegando a 1,4 mil. A desvalorização do dólar estimulou as importações, que já eram favorecidas pelo incentivo financeiro do Fundap. O custo de uma matéria-prima importada pode ser bem inferior ao da nacional, resultando em ganhos de competitividade.

Roberto torce para que isso seja uma tendência do mercado e não apenas uma estratégia dos importadores para fazer estoque, aproveitan-



Os armazéns estão abarrotados

competitiva", garante.

Outro segmento que se beneficia com a importação é o de rochas ornamentais. O presidente do sindicato que representa o setor, o Sindirochas, Aureo Matumam, diz que as empresas costumam importar máquinas da Itália, onde é maior a oferta e os preços acabam ficando vantajosos. O incentivo do Fundap facilita o processo. O volume de importação só não é maior devido à sobrevalorização do euro em relação ao dólar. "A disparidade entre as duas moedas acaba tornando a máquina italiana mais cara que a nacional", afirma.

Novo nicho de mercado para Eadis

do o câmbio favorável. "Quando o dólar está baixo, o importador pode querer antecipar a importação para ganhar na alta. Enquanto a mercadoria estiver na Eadi, não paga imposto de nacionalização. É como se fizesse estoque no exterior. Pode manter a carga por 120 dias sem nacionalizar se a operação for com cobertura cambial. Se for sem cobertura, como uma venda por consignação, pode manter por um ano e renovar por mais dois", revela.

As matérias-primas com maior volume de importação são cobre, resinas, bases para fabricação de tintas, alumínio e produtos químicos. A Eadi da Coimex é a única autorizada a operar produtos químicos. Desde maio do ano passado ela conta em sua estrutura com um armazém próprio para abrigar este tipo de insumo. Os principais produtos químicos movimentados pela Coimex são, além das resinas, gases industriais e polímeros.



Sérgio Capozzo

A Eadi da Coimex recebeu na última semana dezenas de escavadeiras

A vez das máquinas e dos medicamentos

Os medicamentos começam a ganhar espaço entre os produtos importados pelos portos capixabas. Desde meados do ano passado, o volume é crescente, apesar dos controle rigorosos e o grande número de licença necessário para movimentar estes produtos.

O superintendente interino da Coimex, Roberto Ferreira, revela que os grandes laboratórios mundiais estão aproveitando o incentivo do Fundap e importando medicamentos pelo Estado. Para ele, junto com as matérias-primas, que também tem importância crescente, este é um novo nicho que deve ser aproveitado pelas empresas fundapenas.

Os remédios são destinados basicamente aos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. A im-

portação se dá por via aérea. Roberto acredita que agora que o Espírito Santo recebe novos vãos internacionais, há chance de a movimentação de medicamentos crescer ainda mais. Principalmente quando o Estado começar a receber vãos da Europa. Hoje, todos vêm de Miami.

As máquinas pesadas também são reflexo do esforço das empresas fundapenas para diversificar as cargas. Entre empilhadeiras, retroscavadeiras, tratores e similares, a Eadi da Coimex armazenava, na última quinta-feira, 100 unidades.

"A presença delas aqui mostra que a economia do país está crescendo e que o poder público e a indústria da construção civil estão investindo em obras", destaca o executivo.

Estratégia de diatrai mais cargas

Empresas ampliam mix e reduzem dependência com automóvel importado

JOSE ANTONIO SARCINELLI

Depois do 'boom' do veículo importado, na última década, os agentes envolvidos com a importação de cargas estão trabalhando dentro de uma estratégia de diversificação, que garante mais estabilidade e rentabilidade ao sistema Fundap. Os pártios e armazéns das Estações Aduaneiras Interiores (Eadis), na rodovia do Contorno, em Cariacica, são prova viva de que não há mais hegemonia de um produto sobre o outro e que é a demanda do mercado que determina a pauta de importação do Estado. O Espírito Santo chegou a receber 269 mil carros, em 1995, no auge da abertura econômica. No ano passado, foram apenas 18.367 unidades. "O peso dos automóveis já é bem pequeno", diz o diretor da Cotia Trading, Frederico Lage. Hoje são mais significativos, em termos de receitas, os eletroeletrônicos e os equipamentos de informática e telefonia celular. "Mas temos de tunar e do incenso, a máquinas pesadas e carros de luxo".

Lage conta que as três Eadis - Terca, Coimex e Silotec - estão investindo em áreas cobertas para atender este novo mix de produtos. A Terca, que pertence à Cotia, já recebeu invest-



O armazém alfandegado da Terca, em Cariacica, recebe to

timentos de R\$ 40 milhões, desde a sua criação, em 1994, e que de 12 mil m² de área coberta possui hoje 36 mil m². Com a Coimex e a Silotec, esta área salta para cerca de 100 mil m², de um total de 1 milhão de m² de recinto alfandegado. Segundo ele, é a maior infra-estrutura alfandegada da América Latina, cuja função básica é a de dar suporte ao comércio internacional e desafogar o porto.

A Silotec tinha há dois anos e meio 12 mil m² de área coberta. Hoje tem 41 mil m² já construídos e mais 6 mil m² em fase final de construção. O número de clientes, antes limitado a 15 ou 20, agora já chega a 120. "Investimos na atração de novos clientes e novas cargas. Multiplicamos por seis a nossa movimentação", diz o superintendente João César Carvalho de Faria.

O investimento em sistema pró-

QUEM PODE OBTER OS INCENTIVOS FINA

a previsão de vendas de mercadorias importadas para o período de 12 meses;

- Nomes dos fiadores com patrimônio comprovado e livre de hipoteca, através de escritura registrada em Cartório de Registro Geral de Imóveis (dever-se informar os valores dos imóveis apre-sentados, bem como as medidas em metros);
- Certidão de Quitação de Tributos Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Dívida Ativa à Fazenda Pública Estadual;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS;
- CRS - FGTS;
- CNPJ;
- Ficha FICAD da Serasa;
- Contrato social e alterações em caso de S/A (deverão ser apresentadas duas cópias das atas da AGO/AGE);
- Três últimos balanços com demons-

A operação

Financiamento - A alíquota é de 8% do valor da saída da mercadoria do estabelecimento importador. O prazo de pagamento é de 5 anos e 20 anos de amortização, totalizando 25 anos;

Encargos - Juros de 1% (um por cento) ao ano, sem atualização monetária, com parcelas pagas anualmente;

Garantias - Fiança dos sócios da empresa financiada e/ou de terceiros e cau-

1) O Fundap é um incentivo financeiro para apoio a empresas com sede no Espírito Santo e que realizem operações de comércio exterior tributadas com ICMS do Espírito Santo. As empresas industriais que se utilizam de insumo importado, poderão se habilitar aos financiamentos Fundap, criando uma filial especializada em comércio exterior.

2) A condição básica para o financiamento Fundap é o fato gerador do imposto e a necessidade do recolhimento. A empresa pode ser uma Ltda. ou S/A.

3) Podem solicitar o registro as de comércio exterior, as quais passarão a ter um limite operacional para operar no sistema. Para a definição do limite, cuja validade é de 12 meses com renovações anuais solicitadas com 60 dias de antecedência. São consideradas as seguintes alternativas: Capital Integralizado, PL, Previsão do Faturamento e Patrimônio de Fiadores. A definição do limite é efetuada de acordo com as normas vigentes.

Documentos necessários

- Carta de solicitação de registro com



JA SARCINELLI

Frederico Lage (esquerda) e o superintendente da Terca, Maurício Zanin: produtos de toda a parte do mundo

Do incenso à Ferrari

costumam ficar em um grande cofre. Exemplo: canetas Mont Blanc e bolsas Loui Vitton.

Os produtos de maior apelo popular também integram o mix de importados. Impressoras, toner e gabinetes de computador, calças masculinas, têxteis, aparelhos de som, lâmpadas fluorescente compactas, brinquedos, perfumes e cosméticos. Tudo sempre em grande quantidade.

Até mesmo uma mudança inteira - cama, geladeira e fogão - pode ser vista na Eadi. Na última semana, havia uma originária dos Estados Unidos e endereçada para uma cidade de Minas Gerais. Na Silotec, um dos produtos de destaque é o ar-condicionado da chinesa Gree, que entra todo pelo Espírito Santo. Ali também são comuns os eletrodomésticos e cosméticos.

Na Coimex, há um outro sonho de consumo de muitas pessoas mundo afora: o Porsche, veículo de luxo com potencial de sedução semelhante ao da Ferrari. "De vez em quando recebemos um", revela o superintendente interino Roberto Ferreira.

A segurança é rígida e não se pode acessar os armazéns portando máquinas fotográficas e nem câmeras de vídeo. Como fiéis depositários da Receita Federal, as Eadis seguem à risca as normas estabelecidas pela autoridade aduaneira. Neste aspecto, não há o que negociar. Mas não há segredos e o visitante pode conferir de perto todos os produtos. Até tocar neles. Ao final da visita, a constatação é uma só: o mundo passa por Cariacica.

Tinas e mais tintas de azeitonas portuguesas, galões e mais galões de azeite de oliva do Marrocos, pelo menos 2 mil barris de chopp da Alemanha, caixas e mais caixas de vinho Santa Helena, do Chile. Para completar o cardápio, centenas de caixas de atum e sardinhas.

Para os que amam carros de corrida e de luxo, não faltam surpresas na Terca. Na última semana, aguardavam nacionalização um modelo da Fórmula Renault, uma Maserati italiana, dezenas de motos de luxo da BMW e de motos Honda. Dias antes, havia também uma Ferrari vermelha. Os produtos de grife, de maior valor,

Diversificação as para o Estado



Divulgação/Terna

Xerox deve movimentar US\$ 40 milhões

Vítima de um período de turbulência política, em que teve os incentivos financeiros do Fundap retirados, a Xerox do Brasil volta a operar pelo Espírito Santo após quatro anos. A empresa deve movimentar neste ano US\$ 40 milhões. "A volta da Xerox marca o resgate da estabilidade política do Fundap", diz o secretário da Fazenda, José Teófilo Oliveira.

A Xerox suspendeu as importações pelos portos capixabas no início de 2000. No final de dezembro de 2003, fechou acordo com o novo Governo, onde pôde usar os financiamentos retirados o Fundap, no valor de R\$ 20 milhões, como crédito e abater o ICMS devido.

A empresa recolhe o imposto com base em uma alíquota de 17%. A metade do ICMS é abata-tida com os financiamentos do Fundap. Segundo o secretário, até o final do ano o débito deve ser liquidado.

A Xerox concentra no Espírito Santo as importações de componentes e insumos de suas máquinas repográficas e distribuiu para as demais divisões da empresa no país. Em Manaus mantém uma unidade para a produção de componentes. O vice-presidente de Marketing, Washington Botelho, diz que a meta da empresa é movimentar neste ano pelo menos 10% a mais do que em 2004.

Redes de varejo concentram operações no ES

O gigante francês do setor supermercadista, o Carrefour, não só concentra suas importações no Espírito Santo como também implantou aqui uma unidade para distribuir as mercadorias entre suas lojas. O centro de distribuição fica ao lado da Eadl Terca, em Cariacica.

Outro gigante do setor, o Makro, também utiliza a infraestrutura local para promover suas importações, beneficiando-se dos incentivos financeiros do Fundap. As Lojas Americanas também concentra boa parte de suas importações pelo Espírito Santo.

Os produtos são desembarcados nos portos de Vitória e Capuaba e remetidos para as Eadls ou direto para as prateleiras das lojas, dependendo do nível de estoque.

De acordo com o presidente do Sindex, Severiano Imperial, a maior parte dos produtos desembarcados no Espírito Santo tem como destino o Rio de Janeiro e São Paulo, os principais centros de consumo do país. Menos de 10% é consumido no próprio Estado



Fotos: Divulgação/Coimex

Coimex, em Cariacica, na fase áurea da importação de carros

'Boom' dos veículos chega ao fim

A maior abertura do Brasil ao mercado global, a partir de 1994, transformou o Espírito Santo na principal porta de entrada do país de veículos importados. Naquele ano foram desembarcados nos portos capixabas 69,9 mil unidades. Com o "boom" dos importados, em 1995, a quantidade subiu para 269,2 mil.

Os portos e armazéns não tinham espaços para comportar tantos carros e os importadores tiveram que apelar para a Praça do Papa. A área foi al-fandegada, cercada e iluminada para abrigar milhares de modelos.

"Terve navio que esperou 24 dias para atracar porque não tinha onde descarregar os veículos", revelou o diretor da Cotta Trading, Frederico Lage. Na época, só havia dois armazéns alfandegados: o da Coimex, em Carapina, e o da Tervix, em Cariacica. Só depois da implantação das Estações Aduaneiras Interiores (Eadis), em Cariacica, em 1994, é que o porto conseguiu dar vazão aos desembarques.

As três Eadis - Silotec, Terca e Coimex - nasceram grandes. Os amplos pátios e armazéns totalizam uma área de um milhão de m². Lage revela que a Terca, em determinado momento de 1998, chegou a ter 70 mil veículos no pátio.

A partir de 1996, quando várias montadoras decidiram produzir modelos importados no país, o número de veículos

desembarcados nos portos capixabas começou a diminuir. Motivo: em troca dos incentivos fiscais recebidos, as montadoras assumiram o compromisso de transferir as importações para os Estados sedes das fábricas.

A Renault foi a primeira a deixar o Espírito Santo. Ela passou a importar pelo Porto de Paranaguá 30 dias depois do anúncio oficial de que a primeira unidade do grupo no Brasil seria sediada no Paraná. Audi, Volkswagen e Chrysler seguiram os passos da montadora francesa

e também montaram fábricas naquele Estado. A Mitsubishi foi para Goiás; a Honda para São Paulo e a Citroën e Peugeot para o Rio de Janeiro.

A última a deixar o Estado foi a Ford, que transferiu, em 1999, as importações da pickup Ranger para o Porto de Capmacará, depois que a empresa fechou com o Governo da Bahia a implantação do Projeto Amazon (Eco Esporte). O Espírito Santo, que disputou o investimento, perdeu duas vezes: a fábrica e o imposto gerado pela importação. São desembarcados atualmente no Porto de Vitória carros da Kia, BMW, Ferrari, Maserati, que não têm fábricas no país, e alguns modelos da Mitsubishi e Toyota. O número gira em torno de 18 mil unidades/ano.

todo tipo de produto para distribuição no mercado brasileiro

prio de transporte, para levar as mercadorias até São Paulo, contribuiu para o crescimento. "Inovamos nesta área operacional. Passamos a ter mais agilidade, reduzindo os prazos". A postura comercial também mudou. Em vez de esperar o cliente, a Silotec foi ao mercado.

João César, que também é o presidente da Associação dos Permissonários de Regime Alfandegado (Apra) prevê para

este ano um crescimento de 25% a 30% no fluxo de cargas importadas. Primeiro, porque as obras de dragagem da Baía de Vitória e a retirada de uma pedra da bacia de evolução permitirão a atracação de navios com maior volume de carga. E também porque o país tende a exportar mais, mesmo com o liget-ro recuo do dólar, e isso é uma via de mão dupla, que sempre resulta em mais importações.

NANCEIROS DO FUNDAP

ção dos títulos representativos do investimento compulsório. Esse investimento, deve ser realizado, até o final do ano seguinte à liberação do financiamento, destinando 7% (sete por cento) do valor do financiamento. A escolha do projeto é do arbítrio da empresa, porém, o projeto deverá ser aprovado pelo BANDES. A executora deverá ser uma S/A.

Garantia de investimento

No ato da liberação do financiamento, os 7% destinados ao investimento, deverão ser aplicados em CDB emitido pelo Ban-des. Os CDB serão resgatados quando da aplicação no projeto.

A empresa interessada deverá cadastrar-se e registrar-se junto ao Bandes na Gerência de Operações de Crédito e Incentivos, apresentando o balanço que será analisado pela Serasa.

Leilões

A Secretaria da Fazenda pode, periodicamente, leiloar os créditos referentes a esses contratos. O valor mínimo para lance está estipulado em 15% do saldo devedor.

Para um melhor entendimento da sistemática de operação no Fundap

Simulação

Uma empresa com registro Fundap com faturamento em março de 2004 (Vendas de produtos importados para fora do estado), implicando em recolhimento de 12 % de ICMS à Fazenda Estadual. Em Abril de 2004, a empresa deverá quitar o ICMS.

E no mês de maio de 2004 requerer o financiamento baseado em 8% sobre o faturamento líquido (salidas menos as entradas). Aproximadamente em Junho de 2004 a empresa recebe o valor do financiamento deduzido de 7%, que é retido pelo BANDES na forma de CDB para ser aplicado em projeto até o fim do exercício seguinte. O saldo devedor do financiamento poderá ser quitado em leilões a critério da Secretaria da Fazenda.

- Faturamento líquido - R\$ 1.000.000,00
- Recolhimento de ICMS - R\$ 120.000,00
- Financiamento Fundap - R\$ 80.000,00
- Valor para projeto Fundap - R\$ 5.600,00 aplicado em CDB

Fonte: Bandes

Ano	Automóveis
1992	570
1993	14.845
1994	69.986
1995	269.272
1996	123.239
1997	245.310
1998	118.667
1999	64.651
2000	44.706
2001	38.620
2002	22.924
2003	14.187
2004	18.367

Fonte: Apra



Fundo ajuda a superar a crise do café

Erradicação de cafeeiros afeta o equilíbrio financeiro e, sem uma indústria de ponta, saída para o Estado estava na atração de cargas importadas

WALTER CONDE

“Em 1967, o Espírito Santo enfrentou o auge da crise do café, com a erradicação dos cafeeiros. Eram chamados de antieconômicos, mas formavam a grande lavouira do Estado”. É dessa forma que o ex-governador Christiano Dias Lopes inicia suas lembranças sobre a grave crise na economia capixaba, que exigiu ações que geraram o Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), no início da década de 70.

Dias Lopes observou que em 1967 a erradicação atingiu 200 milhões de pés de café. “Isso foi uma queda na produção, que provocou uma crise nunca registrada na história do Estado”, observou. A primeira iniciativa para re-

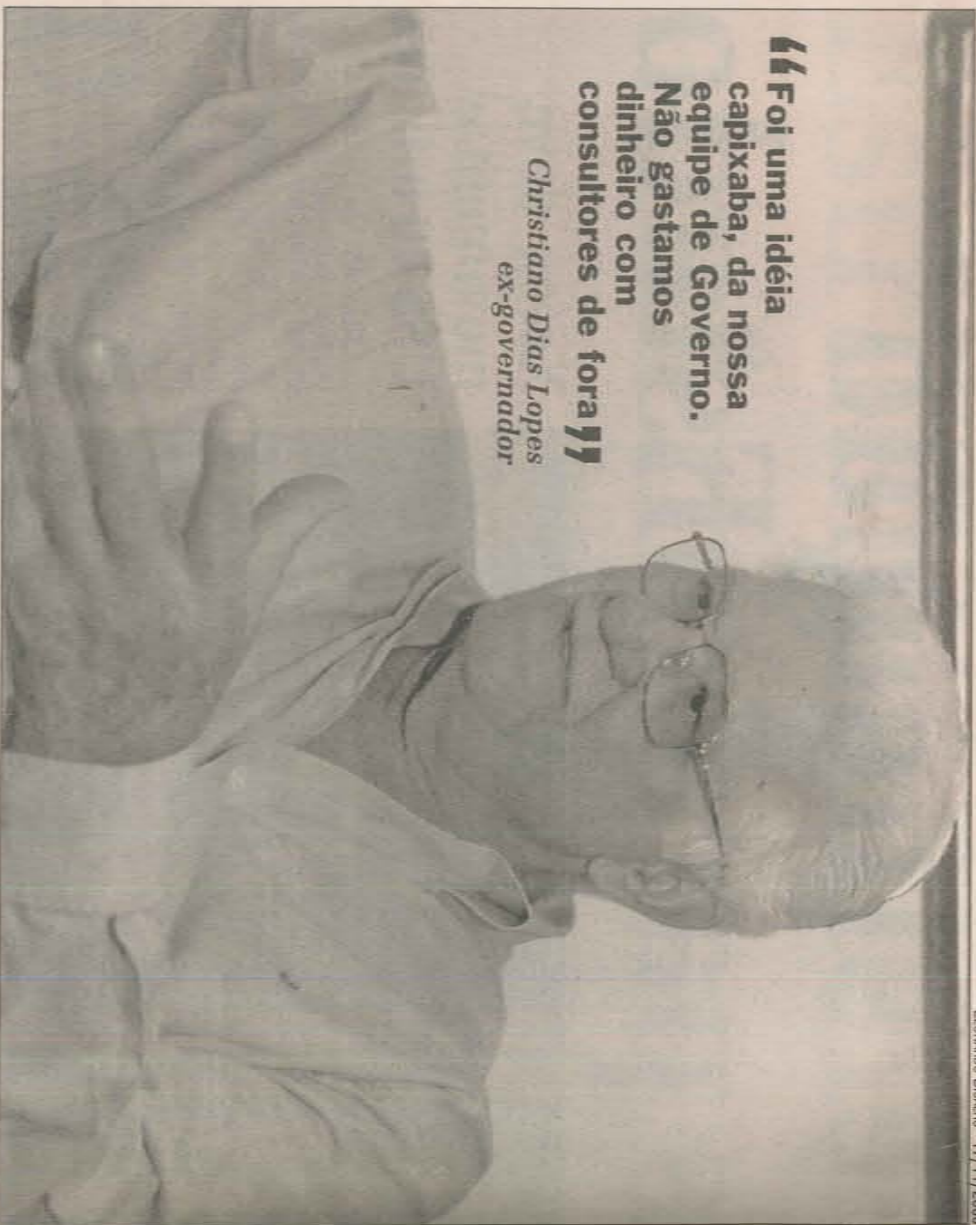
compôr a economia local foi uma ação política com o objetivo de incluir o Espírito Santo na área de abrangência da Sudene.

Nessa época, o Brasil era governado pelos militares e o presidente era o general Arthur da Costa e Silva. O então ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, disse a Dias Lopes que a proposta de inclusão na Sudene desagradava aos Estados das Regiões Nordeste e por isso não haveria apoio de Brasília.

Mesmo assim, Beltrão se colocou a disposição do governador capixaba para ajudar o Espírito Santo a encontrar uma alternativa para a crise do café e, dessa forma, recompor as finanças estaduais. O primeiro passo foi a proposta de criação de um incentivo fiscal semelhante aos que já contemplavam os Estados do Norte e Nordeste.

“Foi uma idéia capixaba, da nossa equipe de Governo. Não gastamos dinheiro com consultores de fora”

*Christiano Dias Lopes
ex-governador*



Nasceu assim o Fundo para a Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres), através do decreto-lei 880, assinado pela junta militar que sucedeu ao general Costa e Silva. Dias Lopes disse que seus colaboradores fizeram novas sugestões, que foram debatidas, na ocasião, com os exportadores Otacílio Coser e Graciano Espíndula.

CONSULTORES

O grupo, sob o comando do governador, era formado por Alvirno Gatti (secretário de Reforma Administrativa), Ary Queiroz (se-

cretário de Administração), Cethas Siqueira (secretário da Fazenda) e Arthur Carlos Gehardt Santos (presidente da Codes, que antecedeu ao Bandes). “Não gastamos dinheiro com consultores de fora”, ressaltou.

Ele lembrou que Coser e Espíndula foram até o Palácio Anchieta, onde alegaram que era possível ampliar o volume de importações pelos portos locais, desde que houvesse algum tipo de incentivo. Então secretário Cethas analisou a proposta e disse para Dias Lopes que era possível criar um incentivo dessa natureza.

Diferença de preços das mercadorias viabilizou a criação do mecanismo

A diferença entre o preço de aquisição dos produtos importados, no exterior, e o valor da comercialização no mercado interno foi o fato decisivo para a criação do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias do Espírito Santo (Fundap). A solução objetivava a recuperação da economia regional, abalada com a erradicação dos cafezais, destacou o ex-governador Christiano Dias Lopes.

A Companhia Vale do Rio doce (CVRD) foi lembrada na época para ser transformada em parceira do Estado, no processo de busca de alternativas para elevar a renda estadual. O ex-governador observou que a empresa já possuía um fundo de apoio às áreas onde exerce influência e por isso foi descartada a possibilidade de a Vale ser convidada a participar do processo.

“A gente nunca convenceria a Vale a exportar e a importar. Então, chegamos à seguinte conclusão: As mercadorias importadas, através do Porto de Vitória, vinham sem nenhum benefício fiscal. Então, ninguém se interessa em exportação pelo Porto de Vitória”, lembrou.

“Fizemos um projeto que

saiu da cabeça do secretário da Fazenda, Cethas Siqueira. Os exportadores Graciano Espíndula e Otacílio Coser falaram ao governador que, tendo algum incentivo para as importações, iriam exercer essa atividade através do Porto de Vitória”, acrescentou.

“O importador pagava o então ICM, precursor do ICMS, pelo valor da mercadoria importada. A viabilidade de criar o Fundap es-

tava na existência de uma grande margem de lucro, entre o valor considerado para a importação e o preço final para a comercialização.

Havia uma faixa que poderia ser utilizada, sem a participação do governo federal, disse Dias Lopes. O Espírito Santo passaria a dar uma parcela da importação ao importador.

Do outro lado, havia a obriga-

toriedade para aplicar uma parte dos recursos recebidos em projetos industriais, além de uma contribuição para o Bandes. “Essa medida não envolvia renúncia fiscal. Tudo era cobrado normalmente”, assinalou.

Dias Lopes deixou o Governo do Estado em 1971, antes do Fundap começar a operar de fato. Ele disse que, nessa época, o Rio de Janeiro alegou para o Governo federal que o Espírito Santo estava dando incentivo fiscal para a importação.

Foi quando o ministro da Fazenda da época, Delfim Neto, mandou ao Estado três assessores para analisar a lei do Fundap. Analisaram e acabaram concluindo que a legislação não concedia incentivo fiscal, “porque era uma operação puramente financeira”.

“O Estado teve de enfrentar uma longa discussão. Com o Rio de Janeiro foi mais fácil, mas tivemos de ir até o Supremo Tribunal Federal (STF) contra São Paulo. E ganhamos no STF e São Paulo teve de aceitar a legislação do Fundap. Nessa época, em 1984, o governador era Albuino Azeredo e eu era o procurador geral do Estado”, concluiu.

Produto gerava 25% do PIB

A comercialização do café chegou a representar mais do que um quarto da renda interna estadual, na década de 50 do último século. “O café anima as cidades, indústria, comércio, o governo. Tudo dependia do café, em uma agricultura de base familiar, com um padrão diferente do que era em São Paulo”.

A afirmação é do economista, José Antonio Buffon, atual diretor de Operações do Bandes. Ele é o autor da tese de mestrado “O café e a urbanização do Espírito Santo. Aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar”. O trabalho está sendo preparado para ser publicado e se transformar em uma referência bibliográfica regional.

Buffon discorda que a erradicação tenha sido a causa de todos os males para a economia. A verdade é que nos anos 40 e 50 ocorreram questões internas e externas que limitaram a expansão da cafeicultura, explicou. “A agricultura já tinha os seus limites postos e a decadência do café era clara e inextinguível”, prosseguiu.

O economista utilizou em seu estudo uma tabela preparada pelo também economista Roberto da Cunha Penedo, atual presidente da Banestes, para exemplificar a importância que o café teve na economia estadual. É dentro dessa análise que ele afirma que a erradicação ocorreria através do mercado, de forma lenta e gradual.



Porto de Vitória, na década de 60: baixo movimento de cargas

Sobrevivida de mais 10 anos

A122616-8

Projeto aprovado no Senado e que agora tramita na Câmara mantém legislação do Fundap só até 2016

WALTER CONDE

O Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) poderá ser mantido intocável, do jeito como existe atualmente, por mais 10 anos. Depois será extinto. Essa é a proposta que se encontra no projeto de reforma tributária, que já foi aprovado pelo Senado e aguarda aprovação na Câmara dos Deputados.

Essa sentença de morte para o Fundap não assusta o senador Gerson Camata (PMDB), que tem o fundo como sua bandeira de luta desde quando era governador do Estado, entre 1983 e 1986. Ele se mostrou otimista e disse

que os 10 anos servirão de tré-gua, evitando novos ataques jurídicos por parte de São Paulo e do Rio de Janeiro.

É uma garantia de vida por 10 anos. A expectativa dele é que o projeto de reforma seja aprovado ainda neste ano, na Câmara, e que a reforma entre em vigor a partir do ano que vem. Nesse caso, a legislação do Fundap vigorará até 2016.

Para o senador, 10 anos são tempo suficiente para se encontrar uma alternativa, ou até mesmo a manutenção do Fundap. Ele lembrou que a reforma tributária ainda cria a figura do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que acaba com o ICMS e tributa as mercadorias no destino e não mais na origem.

Camata lembrou que São Paulo e o Rio de Janeiro nunca aceitaram o Fundap. Tendo entrado por diversas com ações no Supremo Tribunal Federal (STF).

Ele recorda que, na época em que governava o Espírito Santo, até Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, intercedeu a favor dos capixabas.

O ex-governador Paulo Maluf foi um dos primeiros a se posicionar contra o Fundap. Depois foi a vez do ex-governador paulista Franco Montoro, que era do PMDB, mesmo partido de Camata, então governador capixaba.

Foi aí que Tancredo Neves entrou na briga a favor do Espírito Santo, lembrando que Montoro era do mesmo partido e não poderia prejudicar Camata, lembrou o atual senador. Depois foi a vez de Mário Covas, que também entrou com ação no STF contra o incentivo capixaba em nome de São Paulo.

Ainda houve, segundo as lembranças de Camata, novo ataque contra o Fundap durante a votação da Lei Kandir, que acabava com o sistema de incentivo financeiro do Estado. Ele disse que, junto com Eício Alvaros e João Calmon, que também eram senadores pelo Espírito Santo, foram até o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Juntos, os três senadores conseguiram neutralizar o ataque proporcionado pela Lei Kandir. Segundo Camata, as alegações, feitas por São Paulo, que a legislação do Fundap não é benéfica, caem por terra quando é observada a existência de cópias em outros Estados. Ele disse que Santa Catarina tem um sistema de incentivo financeiro semelhante. O mesmo ocorreu com o Rio Grande do Sul e a Bahia.



Divulgação

O futuro do fundo capixaba será definido pelo plenário da Câmara dos Deputados

Empresa recebe financiamento em vez de incentivo fiscal

Não existe nenhum tipo de incentivo fiscal nos financiamentos concedidos através do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias do Espírito Santo (Fundap), que é apenas um incentivo financeiro. E dessa forma que o presidente do Sindicato do Comércio de Importação e Exportação (Sindie), Severiano Imperial, se refere ao Fundap.

A visão de outros Estados, como São Paulo e o Rio de Janeiro, que sempre acusou o Fundap de ser um incentivo fiscal, alegou, é equivocada. Ele disse que os maiores beneficiários com o ICMS gerado sobre a circulação dos produtos importados, pelas 220 empresas que operam regularmente com o comércio ex-

terior, são os municípios. As prefeituras recebem a cota-parte 48 horas após o recolhimento do tributo estadual. O prazo somente não é menor porque o Banestes, agente financeiro que recolhe o ICMS, cumpre diretrizes do Banco Central e fica com o dinheiro recolhido por esse período.

O economista Arlindo Vilaschi produziu um estudo sobre a análise, de forma acadêmica, a importância do Fundap para a economia capixaba. No documento, ressalta que o compromisso das empresas fundapeanas em investir no Estado é um dos principais fatores de sucesso do fundo.

Um exemplo de sucesso, também apontado por Severiano Imperial, é o caso da Poli-

do Têxtil (Poltex), empresa que produz tecidos de malha desde 1993 e que atende a todo o Brasil. A empresa, que ocupa uma área construída de 20 mil metros quadrados, foi viabilizada com os investimentos oriundos de recursos do Fundap.

A Poltex é uma das malhas que apresenta boa qualidade no mercado brasileiro, além de ser produtora de artigos de moda. "O Fundap tem proporcionado, ainda que indiretamente, o surgimento de atividades inéditas na economia local", concluiu Arlindo Vilaschi. Outra empresa do setor têxtil apoiada com recursos do Fundap é a Fiesa, de Ibiracu, especializada na produção de fios de algodão.



**VALE ACREDITAR NO FUTURO.
VALE INVESTIR NO ESPÍRITO SANTO.**

**R\$ 1 bilhão de investimento no Estado em 2005.
Mais de 2 milhões de pessoas beneficiadas. Incluindo você.**

Edmara Lúcia - Analista de administração da CVRD



Companhia
Vale do Rio Doce

www.cvrd.com.br



Os portos situados na Baía de Vitória formam a segunda maior porta de entrada do país de mercadorias importadas



Alfândega combate fraudes

Apreensões e autuações de cargas irregulares já somam R\$ 10 milhões nos dois primeiros meses deste ano

JOSE ANTONIO SARCHIELLI

Nem tudo são flores no segmento de importação. Muitas empresas acreditam que podem ampliar lucros burlando a lei e tentam movimentar mercadorias pelos portos capixabas sem a devida cobertura fiscal. Resultado: são autuadas e têm as cargas apreendidas pela Alfândega. Apenas nos dois primeiros meses deste ano, as apreensões somam R\$ 10 milhões. Até dezembro, o valor deve chegar a R\$ 30 milhões, prevê o inspetor da Alfândega do Porto de Vitória, João Luiz Fregonazzi.

Uma das fraudes mais frequentes é a interposição de terceiros, ou seja, é colocada uma empresa ou pessoa à frente da operação apenas para esconder o verdadeiro cliente da mercadoria. "O objetivo desta estratégia é sonegar impostos", afirma o inspetor. O Porto de Vitória é hoje a segunda porta de entrada de produtos importados no país - a primeira é Santos -, e a Alfândega capixaba já figura como a número um em autos e apreensões. Fregonazzi diz que no passado o número de fraudes já foi

firmas "virtuais" envolvidas na operação. A partir desta medida, as apreensões se multiplicaram, porque a inspeção ficou a cargo da Alfândega local.

"Se dizia na época que o Fundap era maior fora do Espírito Santo e que a nova regra iria reduzir em 50% a arrecadação. Ocorreu, de fato, o oposto. A receita aumentou. Se o Fundap lá fora fosse do mesmo tamanho que o daqui, teríamos acréscimo de 100% se todas as empresas viessem para cá e queda de 50%, caso contrário. A receita cresceu 20%, o que significa dizer que a sonegação de ICMS fora do Espírito Santo era grande", destaca.

As empresas desonestas foram praticamente aliadas do sistema, diz o inspetor. São duas mil firmas, muitas delas fantasmagoras, que já não atuam mais no comércio exterior. Para operar através do Fundap, a empresa tem que se habilitar na Alfândega de Vitória. O inspetor disse que a seleção é rigorosa e considera todos os antecedentes das pessoas que estão à frente do negócio.

Quem quer se habilitar como importador tem, como primeiro passo, que se cadastrar na Alfândega. A partir daí, deve provar que tem condições operacionais para promover a importação e comprovar capacidade econômica e a origem dos recursos. Se algum dos sócios tiver antecedente criminal ou de sonegação, a análise é ainda mais rigorosa. O processo de habilitação leva de três a seis meses.



JA SARCHIELLI

Fregonazzi: fiscalização rigorosa

Receita é a segunda maior do país

A Alfândega do Porto de Vitória é a segunda que mais arrecada impostos federais no país, abaixo apenas da regional de Espírito Santo, no último ano, com Cofins, IPI e Imposto de Importação R\$ 2,4 bilhões, 70% a mais que no ano anterior, quando a receita girou em torno de R\$ 1,42 bilhão.

O salto ocorrido na arrecadação, no último ano, se deve, em boa parte, à incidência do PIS/Cofins sobre o produto im-

portado, o que não ocorria até maio de 2004. Estas duas contribuições têm, em média, ali-quota de 7,6%.

Para este ano, o inspetor João Luiz Fregonazzi, espera um crescimento de 30%, decorrente puramente da expansão da atividade de comércio exterior, uma vez que não está previsto novo aumento na carga tributária. Segundo Fregonazzi, os gargalos logísticos são os principais entraves para um crescimento maior na receita da Alfândega

de Porto de Vitória, porque eles limitam o volume de cargas, mesmo com todo o incentivo que o Estado possa oferecer às empresas.

O investimento da Companhia Docas do Espírito Santo (Code-sa) na dragagem da Baía de Vitória e na retirada de uma rocha no fundo da baía de evolução vão ajudar a agilizar o fluxo nos portos. "Estas obras vão permitir que navios com maior volume de carga atracuem no Porto de Vitória", diz.

Concurso vai reforçar quadro de pessoal

Diante do crescimento do volume de cargas importadas desembarcadas nos portos capixabas, o efetivo da Alfândega já não é suficiente para atender a demanda. Até o final do ano será realizado concurso público para a contratação de pessoal em todas as áreas, revela o inspetor João Luiz Fregonazzi.

Atuam na Alfândega do Porto de Vitória 210 pessoas, incluindo os funcionários terceirizados. O número de vagas no concurso ainda não está definido. A expectativa é de que o quadro seja ampliado em 30%, o que significa a abertura de 63 vagas.

Fregonazzi diz que as dificuldades logísticas do Estado refletem sobre a Alfândega, porque gera retrabalho. "E o retrabalho exige mais recursos humanos", acrescenta. Ele explica que uma carga para chegar ao Brasil precisa ser trabalhada em dois países, o que incorre em erros e tempo desperdiçado. E quando há falta de espaço nos portos, a Alfândega precisa intervir mais, o que gera custos adicionais para o órgão e também para o importador.

Essa situação tende a se agra-

var porque os transportadores marítimos sinalizam Santos e Sepetiba como os portos *hub* (centralizadores) do país. Vitória será apenas um porto secundário, o que acarreta mais custos e necessidade de pessoal. "Ao descer em Santos, a carga gera trânsito aduaneiro e uma série de custos. Se viesse direto para cá, seria muito melhor para a Alfândega de Vitória", afirma.

O problema, porém, é o calado. Fregonazzi revela que os grandes armadores trabalham com *hubs* com 17 metros de calado. O Porto de Vitória tem hoje calado inferior a 12 metros. Mesmo com a dragagem da baía, não terá condições de receber navios de maior porte. Barra do Riocho, em Aracruz, pode chegar a 14 metros, mas com investimentos elevados. Mesmo assim, está fora do fluxo das cargas.

Segundo o inspetor, o único porto em condições de receber navios maiores, e consequentemente mais cargas, é o Terminal de Produtos Diversos (TPD) de Tubarão. "Mas a Vale quer que ele continue exclusivo para o embarque de grãos", lamenta.



FILHO NUNES - 10/02/2005

Fiscal da Alfândega: equipe será ampliada

Microcrédito de até R\$ 5 mil a juro de 1%

Empresas podem destinar 3,5% do valor do financiamento para o Fundapsocial, em apoio a pequenos empreendedores capixabas

WALTER CONDE

Uma fatia dos ganhos obtidos pelos importadores associados ao Fundap é destinada ao microcrédito. A medida foi regulamentada pela Lei estadual 7.829, editada no ano passado, que instituiu o Fundapsocial.

Na prática, o Fundap gera recursos para o Fundapsocial através de parte do valor dos financiamentos concedidos às empresas a ele vinculadas. Do total financiado, 7% ficam retidos no Banes e para aplicação em futuros projetos que os fundapeanos venham a apresentar, disse o gerente de Micronegócios do Banes, Everaldo Colodetti.

Com o Fundapsocial, os importadores podem destinar 3,5% desse valor - dos 7% retidos - para o novo fundo, recebendo, em contrapartida, o benefício de poder usar imediatamente os outros 3,5%, prosseguiu o gerente.

Os recursos provenientes do Fundapsocial são somados com uma dotação própria do Banes, destinada ao microcrédito. Está para ser lançado em breve uma segunda linha de financiamento, denominada de "Fundapsocial Empreendedor". Ainda não há um detalhamento de como os recursos chegarão até os pequenos empreendedores, completou.

LADO SOCIAL

O presidente do Sindicato do Comércio de Importação e Ex-

portação do Espírito Santo (Sin-diex), Severiano Imperial, disse que antes da criação desse fundo de microcrédito, havia somente duas opções para o fundapeano: aplicava parte dos recursos recebidos em um investimento próprio ou em um empreendimento de terceiros. Segundo ele, grandes empresas associadas ao Fundap estão optando por esse fundo, com o objetivo de apoiar os empreendedores capixabas interessados em expandir os negócios.

O economista Orlando Caliman, que já presidiu o Banes e conheceu de perto o sistema de incentivo financeiro, disse que o Fundapsocial remonta o Fundap às suas origens. Caliman acrescenta que nos anos 80, durante o Governo Gerson Camata, o Fundap tinha um sistema de apoio ao desenvolvimento de pequenos negócios, que foi retirado posteriormente. Naquela ocasião, lembrou, uma parcela dos recursos eram canalizados para a educação e o assentamento rural.

"Isso tinha acabado e, agora, o governador Paulo Hartung resgatou o lado social do Fundap", ressaltou. Para o economista Arlindo Villaschi, atualmente na diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington, o apoio ao microcrédito e uma medida de impacto, "porque as grandes empresas não geram emprego em grande quantidade".



Os empréstimos sociais do Fundap podem ser solicitados nas agências do Banes

COMO FUNCIONA

1) O orçamento do Fundapsocial é aplicado no Nossocrédito, o programa de microcrédito implantado pelo Governo estadual. Atualmente, o programa Nossocrédito está presente em sete municípios. Um total de 615 empreendedores informais já obteve financiamento, segundo o Banes.

2) Os interessados devem procurar as agências do Banes, que é o agente financeiro encarregado de operacionalizar o empréstimo. Há algumas exigências, como a necessidade de residir há mais de dois anos, em endereço fixo, no município onde implementará o negócio;

3) Os valores do financiamento vão de R\$ 200,00 a R\$ 5 mil, com taxas de juros pré-fixados em 1% ao mês. O prazo de amortização para capital de giro é de seis meses, sem carência. Para investimento fixo, o prazo total é de 12 meses, com três meses de carência;

4) O Fundapsocial possui um Comitê Executivo composto por representantes do Banes, Baneses, Secretaria do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria de Economia e Planejamento, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo e Federação das Associações e Entidades de Micro e Pequenas Empresas. Entre as diversas competências do colegiado está a de estabelecer as prioridades e diretrizes para a aplicação dos recursos.

Dotação já é de R\$ 5,15 milhões

No balanço mais recente dos recursos do Fundapsocial, entre setembro de 2004 e fevereiro último, o total é de R\$ 5,15 milhões de aporte das empresas mutualistas do Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), segundo informa o coordenador do Núcleo de Apoio ao Fundap, do Banes, José Fernando de Freitas. Ele lembrou que a previsão inicial de que o Fundapsocial geraria R\$ 3,5 milhões de recursos por ano, já foi superada.

Os recursos do Fundapsocial são liberados através do programa Nossocrédito e se destinam a pequenos negócios em diferentes áreas. Foram financiados com recursos do fundo de microcrédito marcenarias, sapatarias, carpintarias, fábricas de artesanato, alfaiatarias, gráficas, padarias, armarinhos, bazares, farmácias, restaurantes e borracharias, entre outros.

Entre as pessoas que captaram os recursos do Nossocrédito está o professor de caratê e musculação Vanderlei Soares da Silva. Ele levantou um financiamento de R\$ 3,93 mil para expandir a academia situada no logradouro conhecido como "Bairro Quente", no Bairro Canaã, em Viana.

Ele é um exemplo de geração de emprego e renda. Com esse recurso, garantiu a ocupação de cinco pessoas. Satisfeito com o sucesso da academia de caratê, decidiu dar a sua contribuição social.

Para os menores carentes do bairro, Silva oferece aulas gratuitas. O professor se diz satisfeito por ter mantido todas as prestações do financiamento em dia, sem atrasos. O pagamento em dia dos financiamentos do microcrédito é uma das características do Nossocrédito, informa o gerente do Banes.

Todo mundo reconhece a capacidade da gente do Espírito Santo.

A Samarco contribui para isso.

Ela investe continuamente na educação e treinamento de seus empregados, incentiva ações voluntárias e de cidadania, realiza pesquisas de clima organizacional e estimula a contribuição de ideias para melhorias na empresa. Com isso, a Samarco está sempre oferecendo condições para maior qualidade de vida de todos. O investimento da empresa em seus empregados contribui para você reconhecer ainda mais a capacidade da nossa gente.

